



## União deverá incorporar servidor de ex-territórios

Medida provisória que transfere ao quadro em extinção da União funcionários públicos de Roraima e Amapá foi aprovada ontem pelo Plenário e segue à Câmara

O direito vale para servidores civis e militares e já havia sido conquistado pelo funcionalismo

de Rondônia. O quadro em extinção é formado por cargos que são eliminados à medida que ficam vagos. **6**

Jonas Pereira/Agência Senado



Entre as mudanças aprovadas, a garantia de que PMs e bombeiros dos ex-territórios receberão o mesmo salário pago no DF

## Destaque da Lei da Biodiversidade é aprovado

Dos três destaques da Lei da Biodiversidade votados ontem, um foi aprovado. É o que estabelece a divisão de benefícios quando o material genético ou o conhecimento tradicional de plantas e animais nativos leve à criação de

um produto comercial, mesmo que não seja sua matéria-prima principal. É o caso, por exemplo, de fixadores de perfumes. Os dois últimos destaques da proposta serão votados hoje pelos senadores. Depois, o texto voltará para a Câmara. **4**

## Vai para o Plenário texto que incentiva o cultivo de palmeiras de dendê **5**

## Senadores decidem acelerar votação de novas regras do ICMS no comércio eletrônico **2**

## Relator propõe redução na carência para o seguro-desemprego **6**

## Projeto permite falta de trabalhador que presta concurso **7**

## Próteses precisam ter padrão, diz Chioro

Para fiscalizar a comercialização e o uso de órteses e próteses, o Brasil necessita de marco legal para conceituar e classificar os

produtos. Só assim poderá padronizar preços e coibir irregularidades, na avaliação do ministro da Saúde à CPI das Próteses. **8**

Jefferson Ruy/Agência Senado



Arthur Chioro (D) e Humberto Costa (E) defendem reforma e alertam para complexidade da área



Luciano Coutinho, presidente do BNDES, fala em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos

## BNDES defende financiamentos externos

O presidente do banco de fomento, Luciano Coutinho, afirmou que os recursos emprestados ao exterior, como a Cuba e

a Angola, são feitos segundo critérios técnicos, e não ideológicos. Por causa do ajuste, o dinheiro disponível agora ficará menor. **3**

## Mandato fixo para diretor do Banco Central divide senadores **3**

## Avança proposta que torna sites do governo acessíveis a deficientes **7**



Portal da Transparência

É simples pesquisar

Ficou mais simples pesquisar e mais fácil entender. Visite o portal: [www.senado.leg.br/transparencia](http://www.senado.leg.br/transparencia)

Senado + transparente. A informação ao seu encontro.





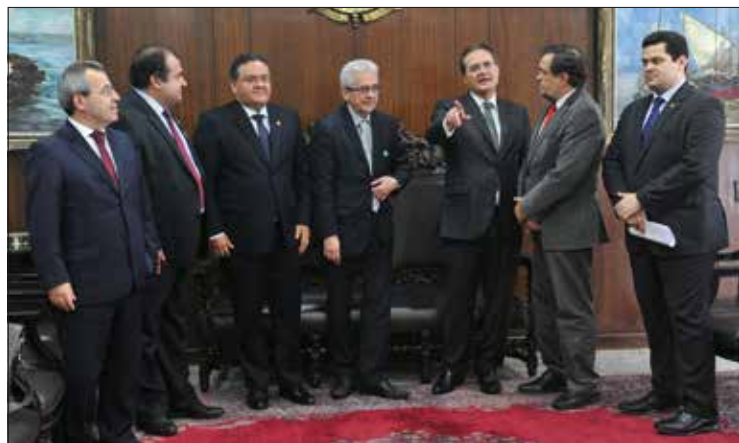
# Aprovada urgência de PEC sobre tributo do e-commerce

Proposta de emenda à Constituição que muda cobrança do ICMS para compra de produtos pela internet deve ser feita em breve. Pedido para agilizar análise foi aprovado ontem pelo Senado

O SENADO APROVOU ontem o calendário especial para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 7/2015, que trata da aplicação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no comércio eletrônico. Com a aprovação, prazos serão dispensados e a votação poderá ser mais rápida.

O texto fixa novas regras para incidência do ICMS nas vendas de produtos pela internet ou por telefone. Hoje, quando uma loja virtual vende ao consumidor final, pessoa física de outro estado, ela tem de recolher o tributo todo para o estado em que está localizada. Essa alíquota varia entre 17% (maioria), 18% (São Paulo, Minas Gerais e Paraná) e 19% (Rio de Janeiro). O estado do comprador não recebe nada.

O texto aprovado na Câmara prevê, além da alíquota interna, a interestadual. A diferença entre elas será gradualmente direcionada ao estado de destino do bem ou serviço. Este ano, 20% iriam para o estado de origem. Esse percentual aumentaria gradativamente 20% ao ano, até chegar a 100% para o estado de destino em 2019. O relatório de Eunício Oliveira (PMDB-CE) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é pela aprovação da PEC sem mudanças.



Renan Calheiros (3º à dir.) com secretários estaduais de Fazenda e senadores

Ontem, em reunião com representantes dos municípios, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que pretende avançar na unificação do ICMS e aprovar o texto.

## Pedido

Pouco antes da decisão, Renan recebeu os secretários de Fazenda de Alagoas, George Palermo Santoro; do Pará, José Tostes Neto; e de São Paulo, Renato Villela. Acompanhados de Davi Alcolumbre (DEM-AP) e Walter Pinheiro (PT-BA), os secretários pediram o apoio na análise da PEC.

De acordo com Tostes, os 27 membros do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) chegaram ao entendimento de que o texto aprovado pela Câmara deveria ser mantido.

Walter Pinheiro lembrou que a velocidade atual do e-commerce não pode esperar mais por mudanças na legislação. Em 1990, o comércio eletrônico movimentava R\$ 540 milhões e, neste ano, a perspectiva é de faturar perto de R\$ 30 bilhões.

A PEC que muda a cobrança do ICMS no comércio eletrônico nasceu de proposta de Delcídio do Amaral (PT-MS), aprovada no Senado em 2012. Como o texto foi alterado na Câmara neste ano, deve passar por nova votação no Senado. As propostas de emenda à Constituição têm de ser aprovadas sem mudança em dois turnos de votação nas duas Casas legislativas para irem à promulgação.

(Com informações da Agência Câmara)

## Renan declara apoio à pauta municipal

O presidente do Senado, Renan Calheiros, declarou ontem apoio à pauta municipalista e anunciou que pretende reunir os líderes partidários para discutir o assunto. Durante encontro com os presidentes da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, e da Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Marcelo Beltrão, entre outros, Renan aceitou convite para participar da 18ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, entre 26 a 28 de maio.

— A marcha é um momento fundamental para discutir a agenda dos municípios, priorizá-la e até recolher pontos de vista diferentes para nortear nossa atuação — enfatizou.

Ziulkoski estendeu o convite aos demais senadores e ressaltou o papel da Casa da Federação na mobilização.

— Os municípios estão numa situação muito mais

complexa do que a União porque não temos alternativa nenhuma. Vamos construir junto com o Senado uma pauta de interesses dos municípios — disse.

Para Renan, o pacto federativo está andando.

— É fundamental que tenhamos uma agenda que diga diretamente respeito à Federação. Quero colocar o protagonismo da Presidência do Senado para que possamos avançar.

Votamos na semana passada uma matéria importante, a convalidação dos incentivos relativos ao ICMS. Vamos avançar para a unificação do ICMS e vamos aprovar o texto vindo da Câmara que trata da partilha dos impostos do comércio eletrônico — informou Renan.

A CNM defende a aprovação do PL 3.776/2008, que prevê a atualização anual do piso salarial nacional dos professores da rede pública

de ensino básico pela variação acumulada do INPC dos últimos 12 meses, em vez da regra atual que prevê a correção de acordo com a variação do valor anual mínimo por aluno, definido pelo Fundeb. O projeto aguarda votação no Plenário da Câmara.

Paulo Ziulkoski citou ainda as dívidas previdenciárias dos municípios com a União, que ultrapassa R\$ 80 bilhões.

— Não devemos a maioria dessa dívida. Então o Senado e a Câmara já aprovaram a lei para haver o encontro de contas e o presidente Lula vetou e não houve a apreciação daquele veto. E, a cada mês, é retido um valor do Fundo de Participação dos Municípios para pagar essa dívida — explicou.

A reformulação da Lei Complementar 116/2003, que trata do Imposto Sobre Serviço (ISS), outra demanda dos prefeitos, amplia a lista de serviços tributáveis e pode aumentar a arrecadação dos municípios em R\$ 12 bilhões anuais.

## Presidente do Senado diz que não cabe a ele nomear ou exonerar ministros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse, ao ser questionado ontem por jornalistas sobre a possível nomeação de Henrique Alves para o Ministério do Turismo, que não cabe a ele nomear ou exonerar ministros.

— Defendo a redução de ministérios, a redução de cargos em comissão, a reforma do Estado. Como é que eu posso agora dizer quem vai ficar no ministério ou quem vai sair? — declarou.

Renan também falou sobre o ajuste fiscal:

— É importante buscar criativamente saídas para os municípios e para os estados. Tudo que puder ser feito sem comprometer a qualidade do ajuste fiscal, devemos fazer.

O presidente do Senado anunciou que vai retomar a votação da reforma política e se manifestou quanto à regulamentação da terceirização, que chega ao Senado:

— É fundamental a regulamentação. Ela vai ampliar a segurança jurídica, mas entendo que é preciso pôr limites.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Biodiversidade

**16h** Na pauta, dois destaques ao Marco Legal da Biodiversidade, projeto sobre indexação de dívidas de estados e municípios e proposta que trata da aplicação do ICMS no comércio eletrônico.

### PRESIDÊNCIA Ministro da Educação

**11h30** Renan Calheiros recebe o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, e o secretário-executivo da pasta, Luiz Cláudio Costa. Às 16h, preside a ordem do dia.

### CI Produção de energia

**8h30** Comissão tem pauta com seis itens, entre eles o PLS 48/2014, que incentiva a autoprodução de energia elétrica, e cinco requerimentos.

### CAS Seguro-desemprego

**9h** Entre os seis itens da pauta, está o PLS 36/2011, que concede seguro-desemprego aos trabalhadores sem atividade devido a calamidade natural.

### CDR Sudam

**9h** O colegiado promove debate sobre a atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia com o diretor Djalma Bezerra Mello.

### CCJ ICMS interestadual

**10h** Entre os 10 itens da pauta, está a PEC que trata de mudanças na cobrança do ICMS interestadual e o projeto que prevê ressarcimento de bilhete aéreo.

### CE Ministro do Esporte

**10h** Audiência com o ministro do Esporte, George Hilton, aborda as políticas e diretrizes do órgão para 2015–2016 e os preparativos para os Jogos Rio 2016.

### CDH Corrupção de menores

**11h15** Na pauta, entre outros, o projeto que muda a configuração do crime de corrupção de menores e o que prevê teclado em braille em caixas eletrônicas.

### MP 671/2015 Clubes de futebol

**14h** Instalação e eleição de dirigentes da comissão que analisará a MP que institui o programa de modernização da gestão e responsabilidade fiscal do futebol.

### MP 672/2015 Salário mínimo

**14h10** Instalação da comissão que analisará a MP que estende a política de valorização do salário mínimo até 2019.

### MP 673/2015 Placa em trator

**14h20** Instalação da comissão que trata da MP que desobriga de licenciamento e IPVA máquinas agrícolas e tratores.

### CMMC Crise hídrica

**14h30** A crise hídrica em debate com o diretor da Agência Nacional das Águas, Vicente Guillo, e o pesquisador do Inpe Paulo Nobre.

### CMO Eleição da Mesa

**14h30** A Comissão Mista de Orçamento realiza a eleição de membros da Mesa para o ano de 2015 e a definição das relações das leis orçamentárias.

### MP 665/2014 Seguro-desemprego

**14h30** Votação do relatório à MP que altera regras para obtenção de seguro-desemprego e abono salarial.

### MP 663/2014 BNDES e Finep

**14h30** Debate sobre a MP que aumenta o limite de repasse da União ao BNDES e à Finep, com representantes do TCU e do Ministério Público.

### SÃO FRANCISCO Transposição

**15h** Instalação e eleição de dirigentes da Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras de Transposição e Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

### PARLASUL Eleição da Mesa

**15h30** Instalação e eleição do presidente e vice-presidente da Representação Brasileira no Parlasul.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# BNDES reavalia sigilo de empréstimo a Cuba

Em audiência, presidente do banco estatal de fomento sugeriu que o Senado discipline o fornecimento de informações sobre o financiamento do comércio exterior

O GOVERNO ESTÁ reavaliando documentos classificados como sigilosos em operações de financiamentos à exportação para Cuba e Angola no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações e do BNDES Exim. O anúncio foi feito pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, numa audiência ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Coutinho propôs à CAE e à Comissão de Relações Exteriores (CRE) a criação de um grupo de estudo para disciplinar o fornecimento de informações sobre o financiamento do comércio exterior. A sugestão foi aceita pelo presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS).

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que, de 2007 a 2014, o BNDES destinou R\$ 8,8 bilhões à construção de obras de infraestrutura no exterior, principalmente em Angola, Argentina, Venezuela, República Dominicana e Cuba.

— Mais de R\$ 3,3 bilhões para Angola, sem contabilizar aí um dos empréstimos sigilosos.



Luciano Coutinho fala em audiência, ao lado dos senadores Ricardo Ferraço, Delcídio do Amaral e Garibaldi Alves Filho

Pressupõe-se que seja de R\$ 952 milhões, mas ele tem a tarja de “segredo” e não podemos anunciar ao povo brasileiro qual o valor desse empréstimo.

Coutinho afirmou que o BNDES é transparente: fornece relatórios anuais, tem portal de transparência e divulga estatísticas on-line, como valor por exportador e país beneficiário.

— Por que os bancos de exportação dos diversos países não fazem uma revelação detalhada? Por razões de litígio comercial, cautela e segredo comercial em defesa do setor

privado, em defesa da competitividade de suas empresas. Não é uma matéria tão simples.

Segundo Coutinho, além de informações secretas e ultras-secretas, não se divulgam dados protegidos por sigilo bancário.

Autor de um pedido de informação ao BNDES, Ricardo Ferraço (PMDB-ES) informou ter recebido como resposta que tais dados são protegidos por questão de segurança nacional.

— Não consigo identificar qual é a consideração imprescindível à segurança de Estado que faz uma organização pú-

blica não declinar os detalhes dessa operação, que é produto do esforço do contribuinte.

O Ministério Público conseguiu decisão judicial obrigando o BNDES a dar publicidade aos documentos do financiamento de um porto em Cuba, mas o banco recorreu da determinação, que está suspensa.

Marta Suplicy (PSB-SP) ressaltou que não se sabem os critérios que levam o banco a emprestar recursos para empreendimentos internacionais. Ronaldo Caiado (DEM-GO) apontou uma “reorientação

política” do BNDES. Segundo ele, até 2007, os empréstimos se destinavam majoritariamente a exportações para os EUA. A partir daquele ano, 57% foram para Angola, Argentina, Venezuela e República Dominicana. Coutinho respondeu que não há orientação ideológica:

Tasso Jereissati (PSDB-CE) perguntou se os financiamentos são feitos às empreiteiras ou ao governo do país beneficiário. Coutinho respondeu que o contrato é com o governo, mas o dinheiro não sai do Brasil — é pago em real mediante a comprovação da exportação por auditoria. Para Reguffe (PDT-DF), o BNDES daria exemplo detalhando os empréstimos.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) citou que só 4,5% da carteira do BNDES está comprometida com o apoio à exportação. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que esteve no Porto de Mariel, em Cuba, que o empreendimento recebe financiamento não só do Brasil, mas também de Cingapura. Segundo Lindbergh Farias (PT-RJ), o BNDES sofre “um conjunto de ataques”.

## Coutinho diz que Friboi não recebeu verba pública

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que o investimento no grupo JBS Friboi foi feito sem uso de dinheiro público. Segundo ele, os negócios foram feitos pela BNDESPar, subsidiária do banco criada para atuar no mercado de capitais.

Coutinho disse que a BNDESPar tem lucros acumulados nos últimos oito anos de R\$ 23 bilhões e é sócia de grandes empresas de capital aberto e de pequenas empresas inovadoras.

— Nenhuma participação acionária da BNDESPar se deu com um centavo de subsídio público, porque não é dinheiro que veio do Tesouro. Foi dinheiro do giro da carteira de ações e com o objetivo de realizar lucro. A BNDESPar gera lucro para o BNDES e tem respondido por 40% do lucro do banco. Foi um negócio rentável e vai gerar recursos para novos investimentos — declarou.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado

(GO), criticou o investimento maciço do banco num grupo empresarial e afirmou que a iniciativa prejudicou os produtores do Centro-Oeste:

— Todas as plantas frigoríficas foram fechadas porque o BNDES elegeu o JBS, o qual, aliás, repassou R\$ 368 milhões para campanhas e R\$ 144 milhões para o PT. Em vez de cumprir sua função social, depredou toda a estrutura frigorífica do Centro-Oeste. Desenvolveu uma estrutura de oligopólio na área de carne.

Segundo Reguffe (PDT-DF), para um banco que tem a letra “S” no nome, seria mais justo financiar milhares de pequenos empreendedores.

Segundo Coutinho, 62% do mercado frigorífico é dominado por pequenas e médias empresas e, além disso, entre 2005 e 2008 houve um ciclo de investimento muito intenso, com euforia em relação ao potencial do segmento.

— Com isso, formou-se grande capa-

cidade ociosa, que gerou disputa forte e levou a dificuldades sérias muitas empresas. Estamos submetidos ao Cade [Conselho Administrativo de Defesa Econômica] e temos que zelar pela concorrência — explicou.

O investimento em empresas que financiaram campanhas políticas foi outro tema abordado na reunião. O executivo afirmou que é impossível associar a concessão de crédito pelo BNDES a promessas de doação de qualquer tipo, inclusive de campanhas políticas. Ele enfatizou que doar ou não para candidatos é decisão das empresas.

— Temos participação transitória nos conselhos e não interferimos na gestão da empresa privada, salvo para zelar pelas regras de governança e respeito à lei. Não há no processo de concessão de crédito qualquer coisa dessa natureza, dado o caráter técnico do processo — explicou.

## Instituição reduz oferta de crédito

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou que o banco cumpriu um papel anticíclico em virtude da crise de 2008, passou a ser mais contido em 2011 e agora, dentro da lógica do ajuste fiscal, também se encontra mais restrito.

Segundo ele, houve uma desconcentração de investimentos. Entre 2007 e 2014, os desembolsos percentuais cresceram nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tendo se mantido estáveis no Sul e decrescido apenas no Sudeste.

Coutinho afirmou que a atenção às micros e pequenas empresas é uma prioridade da sua gestão. Em 2014, por exemplo, a carteira para essas empresas chegou a quase R\$ 60 bilhões. Garantiu que o banco tem uma carteira de “alta qualidade”, mesmo se comparada à do setor privado, apresentando as mais baixas taxas de inadimplência do mercado.

## Independência do BC divide base do governo

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) protocolou na semana passada proposta que estipula mandato fixo para diretores do Banco Central. Segundo Jucá, a PEC 43/2015 representa o primeiro passo para a independência funcional do órgão. Porém, a ideia desagradou a bancada do PT, que deve lutar contra:

— Nossa posição é contrária. Respeito a iniciativa, a opinião do senador Jucá, mas o momento não é o mais adequado.

Não creio que vá encontrar respaldo no Senado nem na Câmara — avalia Humberto Costa (PT-PE), líder do partido.

A independência do banco é defendida por Jucá e pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que apresentaram a ideia ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Pelo texto, presidente e diretores do BC teriam mandato fixo de quatro anos, que começaria na metade de uma gestão presidencial e terminaria na metade da próxima.

## Avançam indicações para diretoria do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem os nomes de Otávio Ribeiro Damaso e de Tony Volpon para a diretoria do Banco Central. Cada um recebeu 22 votos favoráveis e 2 contrários. As indicações vão ao Plenário.

Na sabatina, os dois economistas prometeram um combate rigoroso à inflação e disseram que farão de tudo para assegurar estabilidade do poder de compra da moeda.

Sobre uma possível indepen-

dência do BC, eles evitaram se posicionar sobre o assunto, mas garantiram que o que importa é a autonomia operacional, o que o banco já conquistou.

Otávio Damaso é servidor do Banco Central há 17 anos e, desde 2011, é de chefe de gabinete do presidente do BC. Tony Volpon é, desde 2009, diretor-executivo, na função de chefe de Pesquisas para Mercados Emergentes das Américas, no Nomura Securities International, em Nova York.

## Mesa rejeita denúncia contra Dias Toffoli

A Mesa do Senado rejeitou denúncia de crime de responsabilidade protocolada na quinta-feira contra o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF). A decisão foi comunicada ao Plenário na abertura da sessão de ontem por Valdir Raupp (PMDB-RO), que presidia os trabalhos.

— A presidência determinou o arquivamento por inépcia da petição — informou o senador.



Duas últimas emendas deverão ser analisadas hoje pelo Plenário. Concluída a votação, projeto, que favorece exploração de recursos genéticos de plantas e animais nativos, retornará para a Câmara

## Senado aprova destaque da Lei da Biodiversidade



Trecho aprovado prevê repartição de benefícios mesmo que matéria-prima nativa não seja ingrediente principal do produto

O PLENÁRIO VOTOU ontem três dos cinco destaques (trechos a serem votados separadamente) da nova Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015), cujo texto-base havia sido aprovado na semana passada. Um destaque foi aprovado e dois foram rejeitados.

Os senadores aprovaram que a repartição dos benefícios seja obrigatória sempre que o produto resultar do uso de patrimônio genético ou conhecimento associado, mesmo que não esteja entre os principais elementos de agregação de valor do produto final. O texto original dizia que a repartição de benefício ocorreria só quando o componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional fosse um dos elementos principais.

Um exemplo citado por Lindbergh Farias (PT-RJ) foi o perfume Chanel nº 5. O elemento principal seria a fragrância, mas o fixador, feito de pau-rosa e essencial para o produto, não seria considerado na cobrança da repartição de benefícios.

Telmário Mota (PDT-RR) reforçou o argumento:

— Qual é o produto principal da gravata? É o tecido. E o produto que dá o brilho? É outro, vindo da nossa biodiversidade. Mas não é o principal. Não paga? Não faz a repartição? Então é uma biopirataria oficial.

Numa votação apertada, os senadores rejeitaram duas emendas que propunham substituir o termo “populações indígenas” por “povos indígenas” e “povos e comunidades tradicionais”. A justificativa foi

que a mudança feria a Constituição, que associa o conceito de povo ao de nação.

— Povo é o titular do poder soberano do Brasil. Então, “povo” são todos aqueles que habitam nosso território, seja indígena, seja quilombola. Todos se incluem dentro do termo “povo brasileiro” — argumentou o líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO).

O líder do PSDB, Cássio Cunha Lima (PB), concordou explicando que o Supremo Tribunal Federal (STF), em julgamento no caso da reserva Raposa Serra do Sol, decidiu que não se pode atribuir a comunidades indígenas o termo “povo”, tendo em vista que a Constituição referiu-se ao povo brasileiro na condição de entidade política.

### Pane no painel

Defensor da mudança de nomenclatura rejeitada, Lindbergh explicou que o conceito de “povo indígena” extrapolava o de população, pois incluía noções de cultura, história e identidades próprias, sem excluir esses povos do grupo mais amplo do povo brasileiro:

— Este debate não faz sentido. O que faz é diferenciar pelas especificidades do grupo nacional. O Congresso, através do Decreto Legislativo 143/2002, assinou e referendou a Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1989, que traz esse conceito de povos indígenas. Não estamos construindo

um conceito de nação por tratarmos de povos indígenas. É importante reconhecer a especificidade cultural de sua história e suas identidades.

Na sessão de ontem, a primeira votação precisou ser por chamada devido a uma pane no painel eletrônico. Depois de resolvido o problema, o baixo quórum fez com que a votação dos dois últimos destaques fosse adiada para a sessão de hoje.

O Marco Legal da Biodiversidade tem por objetivo modernizar a lei em vigor e conferir maior agilidade às normas que regulamentam a pesquisa e a exploração econômica da biodiversidade. O projeto simplifica as regras para pesquisa de plantas e animais nativos, de forma a incentivar a produção de novos fármacos, cosméticos e insumos agrícolas. Também amplia as possibilidades de compensação a comunidades tradicionais que venham a disponibilizar à indústria seu conhecimento sobre o uso de recursos do patrimônio genético.

Um dos pontos da proposta é a obrigatoriedade da repartição de benefícios — o pagamento de 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto acabado, com possibilidade de redução para até 0,1%, por acordos setoriais com o governo. Essa compensação também pode ser não monetária, na forma de transferência de tecnologia, quebra de patentes ou distribuição de produtos.

Quando for concluída a votação no Senado, a proposta retornará à Câmara.

## Sandra destaca plano para sistema elétrico no Amazonas

Sandra Braga (PMDB-AM) ressaltou o plano do Ministério de Minas e Energia para expansão e melhoria do sistema elétrico do Amazonas. Entre as obras previstas no programa, está o aprimoramento da interliga-



Waldemar Barreto/Agência Senado

ção do estado com o sistema elétrico do restante do país, o que, ressaltou, tirará o Amazonas do isolamento e dará a segurança energética para a região.

A senadora manifestou confiança no empenho do minist-

ro Eduardo Braga em atender com celeridade as demandas do povo amazonense.

— Estamos contemplando no programa novas usinas e integração de mais municípios ao Sistema Interligado Nacional, novas linhas e subestações, redes de distribuição e a expansão do Luz para Todos.

## Subcomissão fiscalizará obras públicas paradas

Foi criada no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) uma subcomissão temporária para fiscalizar a aplicação de recursos públicos em obras inacabadas que estejam paralisadas. A subcomissão foi sugerida por Ataídes Oliveira (PSDB-TO), em requerimento aprovado ontem.

Antes da votação do requerimento, o senador explicou que os integrantes do novo colegiado deverão determinar as obras objeto de fiscalização, mas adiantou que devem ser aquelas paralisadas ou sem sinal aparente de evolução. Obras em construção e em andamento, frisou, não deverão ser acompanhadas.

— Queremos fiscalizar o investimento público feito em uma obra que fica paralisada, gerando grande prejuízo ao país — disse, ao citar problemas em pontes e rodovias

não concluídas, resultando na perda da parte executada.

Ataídes informou que o Tribunal de Contas da União identificou, em 2007, 400 obras paradas, financiadas com recursos públicos federais. Desde então, disse, não foi feito novo levantamento.

A subcomissão será formada por cinco senadores e atuará por oito meses, analisando os principais empreendimentos públicos inacabados e identificando as causas do atraso e os responsáveis pelos problemas. Também deve sugerir medidas legislativas para evitar novas ocorrências.

Reguffe (PDT-DF) e Donizete Nogueira (PT-TO) apoiaram a iniciativa. Por sugestão de Eduardo Amorim (PSC-SE), Ataídes incluiu entre as atribuições de colegiado a fiscalização de obras empenhadas, cujos recursos tenham sido liberados, mas ainda não tenham sido iniciadas.



Ataídes (à esq., ao lado de Otto Alencar) sugeriu a criação do colegiado

### Debate avaliará opções para ligar Entorno-Brasília

O diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos, deve participar de debate, no dia 28, na Comissão de Meio Ambiente (CMA), sobre o transporte de passageiros no Entorno de Brasília.

Ronaldo Caiado (DEM-GO), que propôs a audiência, diz que o sistema que liga as cidades vizinhas à capital é considerado um dos mais caros e ineficientes das regiões metropolitanas.

— A frota de ônibus está sucateada. É comum passageiros ficarem mais de quatro horas por dia para ir e voltar. E pode chegar a 200 mil pessoas que se deslocam, só no horário das 5h — relatou Caiado.



André Corrêa/Agência Senado

Caiado, que propôs o debate, diz que o sistema é caro e ineficiente

### Eficiência do Sistema S será discutida

Dois audiências serão realizadas pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para discutir a eficiência das entidades que compõem o Sistema S, como Sebrae, Senar, Sesi e Senac, na qualificação de trabalhadores. Sugeridas por Ataídes Oliveira (PSDB-TO), ele acatou sugestão de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Donizete Nogueira (PT-TO) e João Alberto Souza (PMDB-MA), para que a primeira delas seja com dirigentes das entidades e das confederações que administram o Sistema S.

No segundo debate, serão ouvidos dirigentes de associações do setor produtivo com empregados formados pelo sistema. Ataídes aponta falhas na formação de mão de obra, que colocaram o Brasil na penúltima posição no ranking de produtividade na América do Sul, à frente apenas da Bolívia. Ronaldo Caiado (DEM-GO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Lídice da Mata (PSB-BA) defenderam o sistema.



# Vai a Plenário projeto que incentiva cultivo sustentável da palma de óleo

Aprovada na Comissão de Meio Ambiente, proposta fixa diretrizes para plantio agroecológico da palmeira que produz o óleo de dendê

PROJETO QUE INCENTIVA o cultivo da palmeira que produz o dendê foi aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Apresentado pelo Executivo, o texto (PLC 119/2013) cria o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo e estabelece diretrizes para o zoneamento agroecológico da cultura.

Mais conhecido no Brasil pelo uso na culinária típica da Bahia, o dendê é um dos óleos vegetais mais consumidos no mundo, com amplo uso na fabricação de massas, margarinas, cremes vegetais, biscoitos e sorvetes. O óleo também é usado pela indústria de cosméticos e na composição de detergentes e sabões, além de matéria-prima para produção de biodiesel.

Favorável ao projeto, o relator na CMA, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ressaltou que o Brasil tem condição de se transformar no maior produtor mundial de óleo de palma, que representa um terço do óleo vegetal comercializado no mundo e tem produtividade dez vezes maior do que o de soja. O programa prevê incentivos para o plantio da palma de óleo, nativa ou exó-



Relator do projeto, Flexa conversa com Blairo Maggi durante reunião na CMA

tica, inclusive para recomposição da reserva florestal em propriedades localizadas na Amazônia Legal.

— O Brasil importa mais da metade do óleo que consome internamente, mas tem condições de se transformar no maior produtor mundial de óleo de palma. Além disso, a cultura do dendê é intensiva em mão de obra, o que favorece a geração de emprego e renda para o trabalhador rural e o pequeno agricultor e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural e a fixação do homem no campo — destacou o senador.

O Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo estabelece ações a serem adotadas pelo governo federal visando à regularização fundiária e à indicação de áreas destinadas para a produção sustentável da planta. Para aumentar a produtividade da cultura, determina que sejam feitos investimentos em desenvolvimento científico e tecnológico. O projeto também trata da criação de modalidades de financiamento para a cultura e de estímulos ao cultivo pela agricultura familiar.

De acordo com a proposta,

será proibida a destruição de vegetação nativa para a expansão do plantio e industrialização de palma de óleo. No entanto, poderão ser instaladas unidades industriais com licença ambiental concedida até a promulgação da nova lei. Também poderão ser ampliadas unidades industriais em funcionamento, desde que o pedido de licenciamento ambiental tenha sido protocolado até a promulgação da lei.

## Reserva vegetal

O projeto libera o cultivo de palmeiras nativas ou exóticas em propriedades localizadas na Amazônia, com a finalidade de recomposição de reserva legal, e determina que as unidades produtoras de óleo de palma deverão efetuar registro no Ministério da Agricultura e enviar ao órgão informações sobre processamento de matéria-prima, produção, comercialização, exportação e estocagem.

As sanções pelo descumprimento das normas incluem multa até cancelamento de registro, licença ou autorização do empreendimento e perda de participação em linhas oficiais de crédito.

O projeto segue agora para decisão final em Plenário.

## Lúcia Vânia apoia pedidos de produtores rurais

Produtores rurais que participaram antontem da abertura da TecnoShow, feira de tecnologia agropecuária em Rio Verde (GO), cobraram do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a liberação de R\$ 2 bilhões do fundo de prevenção a catástrofes, disse Lúcia Vânia (PSDB-GO).

A senadora também informou que os produtores levantaram questões sobre a oferta de crédito rural, o que poderia comprometer o custeio da próxima safra. Segundo ela, o ministro assegurou que nesta semana o governo deve anunciar a oferta de crédito para a próxima safra, inclusive com juros subsidiados.

— Nós entendemos que, num período de ajuste, nada melhor do que o investimento no agronegócio, porque a resposta é imediata e o sacrifício dos brasileiros será, sem dúvida nenhuma, muito menor do que está sendo — afirmou Lúcia Vânia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Senado fará sessão em homenagem aos povos indígenas

O Senado promove amanhã sessão especial em homenagem aos povos indígenas. A sessão, marcada para as 15h no Plenário, foi solicitada por João Capiberibe (PSB-AP) e convocada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros.

O ato marca a comemoração do Dia do Índio, celebrado em 19 de abril. Desde segunda-feira, índios acampam na Esplanada dos Ministérios em uma grande mobilização pelo direito indígena. O evento integra a Semana de Mobilização Nacional Indígena, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

Para Capiberibe, é preciso preservar as conquistas obtidas pelos povos indígenas com a Constituição de 1988:

— Estamos vivendo uma crise. Os povos indígenas não conseguem avançar nas reivindicações e estão sob ameaça.

O senador criticou propostas em tramitação no Congresso, entre elas a PEC 215/2000, que transfere o poder de demarcação de terras indígenas do Executivo para o Legislativo.

## Audiência vai debater saídas para crise hídrica

A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) discutirá soluções para a crise hídrica enfrentada por diversas cidades brasileiras. Audiência pública sobre o assunto foi proposta por Donizeti Nogueira (PT-TO) e Regina Sousa (PT-PI), em requerimento aprovado ontem.

O debate faz parte das atividades em comemoração ao Dia Mundial da Água, instituído pelas Nações Unidas e celebrado em 22 de março. Conforme Donizeti, a estiagem causou dificuldades de abastecimento de água em vários estados, em especial Minas Gerais e São Paulo, sendo urgente a identificação de alternativas. Os senadores sugerem que sejam convidados representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Agência Nacional de Águas (ANA), do Instituto Socioambiental e da entidade The Nature Conservancy.

Também foi aprovado ontem requerimento de Otto Alencar (PSD-BA) para audiência pública sobre os pro-

blemas ambientais da Bacia do Rio Corrente, no oeste da Bahia. O senador quer uma avaliação da situação desde os rios formadores da bacia até a foz, no Rio São Francisco.

Otto explica que a região da bacia é reconhecida pela presença de movimentos sociais de resistência, que buscam a valorização das populações locais, justiça social, respeito à diversidade e aos direitos individuais e coletivos. O desenvolvimento econômico, afirma, vem provocando conflitos por demanda de água para irrigação e geração de energia elétrica, além dos problemas decorrentes da degradação ambiental.

— Analisar aspectos da vulnerabilidade da bacia é a finalidade da audiência, que pretende oferecer subsídios às estratégias que permitam sua revitalização e integração no processo produtivo da Bacia do São Francisco — explica.

Serão convidados representantes do Ibama e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

## Parlamentares fiscalizarão obras do São Francisco

Por sugestão do presidente da Comissão de Meio Ambiente (CMA), Otto Alencar (PSD-BA), a revitalização do Rio São Francisco será a política pública a ser avaliada pela comissão neste ano. O requerimento do senador foi aprovado ontem.

A atribuição das comissões permanentes de avaliar políticas do Poder Executivo está prevista na Resolução 44/2013 e visa ao cumprimento da função fiscalizadora do Senado.

Otto tem alertado para o comprometimento dos afluentes do São Francisco, prejudicados pelo despejo de esgoto, pelo assoreamento e pela destruição de mata ciliar.

Apesar do acelerado aumento da utilização das águas do rio, observa o presidente da CMA, não têm ocorrido investimentos federais e estaduais suficientes para garantir a preservação de nascentes e afluentes do rio. O senador afirma ainda que, sem revitalização, não será possível a transposição das águas do São Francisco.

## Rio corre risco de secar, alerta Benedito de Lira

Benedito de Lira (PP-AL) voltou a pedir a atenção do governo com o Rio São Francisco. O senador disse

que o rio está acabando e que não surge nenhuma iniciativa para recuperá-lo. Segundo ele, algumas cidades do Nordeste já não usam o São Francisco como fonte de abastecimento, por conta da baixa qualidade da água do rio.

— A situação atual do Rio São Francisco é de penúria, é lastimável. Podemos dizer que o rio está morrendo de sede. Veja que incoerência — disse.

Para o senador, medidas urgentes são necessárias, pois o rio está irreconhecível em várias regiões, desde a nascente, em Minas Gerais, até o encontro com o mar. Ele informou que, em muitos trechos, o rio pode ser atravessado a pé e, apesar da grave seca, a ação humana tem piorado a situação. Na opinião do senador, o rio corre sérios riscos de até mesmo secar.

Benedito chegou a questionar a transposição do São Francisco. Em sua avaliação, a prioridade deve ser a recuperação do rio, como forma de retomar sua capacidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Medida Provisória 660/2014 permite que servidores públicos civis e militares do Amapá e de Roraima se transfiram para o quadro em extinção da União, direito já garantido ao funcionalismo de Rondônia

## Aprovada MP que favorece servidores de ex-territórios

O SENADO APROVOU ontem a medida provisória (MP 660/2014) que autoriza os servidores dos ex-territórios do Amapá e de Roraima a se transferirem para o quadro em extinção de pessoal da União. Os servidores de Rondônia já haviam conquistado o direito. Como houve mudanças, o texto volta à Câmara. A medida tem validade até 3 de maio.

As alterações foram apresentadas por Romero Jucá (PMDB-RR). Assim, de acordo com o texto aprovado no Senado, ficam assegurados aos policiais militares e bombeiros dos ex-territórios o mesmo salário pago no Distrito Federal.

Outra mudança estabelece que o reconhecimento do vínculo do empregado da administração direta e indireta vai ocorrer no último emprego ocupado. Jucá comemorou o resultado da votação.

— É o nosso compromisso com o povo de Roraima, com o povo do Amapá e com a justiça a esses servidores — disse.

A medida, que modifica a Lei 12.800/2013, prevê ainda que os policiais militares e bombeiros — ativos e inativos — de Rondônia, Amapá e Roraima estão liberados para escolher se querem fazer parte do quadro em extinção de pessoal da União, formado por cargos extintos à medida em que ficam vagos.

No entanto, somente po-



Autor de mudanças no texto, Jucá (C) comemora aprovação na sessão de ontem

derão optar pela mudança os servidores públicos que estavam em exercício quando os ex-territórios foram transformados em estados, em 4 de outubro de 1993.

A aprovação da MP repercutiu positivamente. Ângela Portela (PT-RR) elogiou as mudanças aprovadas no Senado, observando que mais servidores serão beneficiados. Telmário Mota (PDT-RR), por sua vez, disse que o Senado fez justiça a pessoas que por 27 anos esperavam por esses direitos. Davi Alcolumbre (DEM-AP) lembrou do início da tramitação.

— Tive a felicidade de participar da construção desse processo, como deputado federal, quando da apresentação da PEC 111/2011, que mobilizou todas as bancadas.

O líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE), lembrou o traba-

lho do ex-senador José Sarney pela aprovação da iniciativa.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ressaltou que falta pouco para os funcionários dos ex-territórios alcançarem suas metas.

### Suframa

A MP 660 também reajusta os vencimentos e gratificações dos empregados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). No nível superior, o aumento proposto é de 62% em 2015 e 130% em 2016 em relação ao salário atual máximo. Omar Aziz (PSD-AM) destacou que a correção reconhece a importância desses profissionais.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), João Capiberibe (PSB-AP), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Sandra Braga (PMDB-AM) também comemoraram a aprovação da MP.

## Contra projeto de terceirização, Vanessa pede análise aprofundada pelo Senado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) declarou ser contra o projeto de lei sobre terceirização (PL 4.330/2004) e advertiu que a proposta merece análise detalhada e profunda do Senado sobre impactos para os trabalhadores, a área fiscal e a economia do país.

Segundo a senadora, nada justifica a aprovação de uma



Waldemir Barreto/Agência Senado

lei que precarize e rebaixe a força de trabalho, principalmente neste período, em que o país teve avanços trabalhistas.

— Acho até que devemos trabalhar a regulamentação da terceirização, mas no sentido de garantir direitos, ampliá-los, e não na forma como vem sendo conduzida pela Câmara.

## Para Humberto, proposta criaria prática “predatória” no mercado de trabalho

O Senado não votará o projeto da terceirização (PL 4.330/2004) sem antes ampliar as discussões com a sociedade e o PT fará oposição, garantiu o líder do partido, Humberto Costa (PE), ao criticar a forma “açodada” como a matéria é tratada na Câmara.

Para o senador, o projeto vai criar prática “predatória” no



Waldemir Barreto/Agência Senado

mercado de trabalho, acabando com direitos trabalhistas:

— Empresa de terceirização não divide lucros e resultados. Ela retira sua vantagem financeira exatamente da diferença entre o valor que cobra pelo serviço e o valor que paga ao empregado. Quanto mais achatam salários, maior sua margem de lucros.

## Gladson manifesta preocupação com desocupação dos jovens no Brasil

Gladson Cameli (PP-AC) se mostrou preocupado com o elevado número de jovens com idade entre 15 e 29 anos que não trabalham nem estudam.

Ele citou dados do IBGE, de 2012, de que a “geração nem-nem”, como é conhecida essa parcela da população, é formada por 9,7 milhões, num total de 49,4 milhões de jovens.



Waldemir Barreto/Agência Senado

O senador defendeu maior oferta de cursos de capacitação e de empregos. Ele lamentou a violência que atinge esses jovens, com o registro de 175 mortes por 100 mil habitantes em 2012.

— Esses números mostram que o ditado popular “Mente vazia, oficina do diabo” nunca foi tão correto — alertou.

## Relator propõe carência menor no seguro-desemprego

A redução dos prazos de carência (período de vínculo formal) que os trabalhadores têm que cumprir para ter acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial foi uma das sugestões apresentadas pelo relator da Medida Provisória (MP) 665/2014, senador Paulo Rocha (PT-PA), à proposta do governo editada ano passado.



Ano Volp/Agência Senado

A MP determina que o trabalhador dispensado sem justa causa só pode requisitar o seguro-desemprego pela primeira vez após 18 meses de trabalho ininterrupto nos 24 meses anteriores à demissão. O senador reduziu a carência para 12 meses de trabalho (não consecutivos) nos 18 meses anteriores à data

da dispensa, além de ter feito outras mudanças.

Ele diz que está aberto a negociações e que até a hora da votação poderá fazer mudanças no relatório.

— Vamos continuar falando com os setores [centrais sindicais e governo]. Meu papel aqui é de negociador — disse.

O relatório deverá ser discutido e votado hoje na comissão mista que analisa a medida.

## Raupp lembra trajetória de Brossard e destaca colheita de café em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou a morte de Paulo Brossard, que faleceu no domingo, aos 90 anos. Ele lembrou a trajetória do jurista, que atuou na política e foi ministro da Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

— O Brasil perde um grande tribuno e um jurista dos mais



Waldemir Barreto/Agência Senado

importantes da história. Mas a sua voz e o seu exemplo permanecerão vivos — disse o senador.

Raupp também destacou o apoio do governo de Rondônia e da Embrapa aos produtores de café do estado, que iniciou a colheita de grãos nas últimas semanas.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto,  
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição:** Cíntia Sasse, Marina Domingos e Ricardo Westin  
**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura  
**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



# Texto permite a funcionário faltar para prestar concurso

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Educação impede que patrão desconte horas do salário. Segundo relator, medida promove “valor social” daqueles que dependem da própria força de trabalho

SERVIDORES PÚBLICOS E trabalhadores da iniciativa privada poderão compensar as horas perdidas quando se ausentarem do local de trabalho para participar de entrevistas para outros empregos ou concursos públicos. É o que propõe o PLC 118/2013, aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Para ter direito ao benefício, o empregado deverá informar ao empregador a ausência com uma antecedência mínima de sete dias, apresentando o comprovante de inscrição no concurso ou a declaração do responsável pela seleção.

Conforme a proposta, que vai agora para o Plenário, os trabalhadores também não sofrerão desconto no salário quando se ausentarem para



Romário, presidente da Comissão de Educação, conversa com Paulo Paim

fazer provas organizadas pelo Ministério da Educação, como o Enem. A possibilidade foi incluída por Paulo Paim (PT-RS), relator do projeto.

— Permitir que o empregado se afaste do posto de trabalho, a fim de tentar redirecionar os seus serviços para uma atividade mais bem remunerada

e que satisfaça os seus anseios profissionais, é medida salutar, por promover o valor social daquele que, desprovido dos meios de produção, depende somente de sua própria iniciativa e força de trabalho para viver e prosperar — defendeu Paim.

O projeto foi apresentado pelo ex-deputado Mauro Nazif.

## Incentivo ao futebol feminino é tema de audiência pública

A obrigatoriedade de investimento dos clubes no futebol feminino, um dos pontos polêmicos da Medida Provisória (MP) 671/2015, que renegocia as dívidas dos clubes endividados, deverá ser foco de audiência pública no Senado. A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um pedido de debate.

O requerimento foi apresentado por Fátima Bezerra (PT-RN) e recebeu o apoio do presidente da comissão, Romário (PSB-RJ), e de outros senadores.

— O futebol feminino precisa de uma nova visão — disse o senador.

A iniciativa partiu de entidades que participaram do evento Mulher, Esporte e Movimento, promovido pela Procuradoria da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados.

## Para Lídice, preço de livro recém-lançado deveria ser tabelado

Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu em Plenário projeto que regula os preços dos livros. Após o lançamento, o livro deverá ser vendido, por um ano e por todos os livreiros, pelo preço tabelado. A medida, para ela, estimularia a leitura no país. O projeto em questão é o PLS 49/2015, de Fátima Bezerra (PT-RN).

Segundo Lídice, a medida já é adotada na França. Ela lembrou que no mês passado aconteceu o Salão do Livro de Paris, que, neste ano, homenageou o Brasil. A senadora participou do evento.

— Juntando ficção, não ficção e literatura infantojuvenil, 24 títulos foram traduzidos do português em 2014, o dobro do ano anterior — afirmou Lídice.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Comissão vai debater qualidade educacional

Os ministros da Educação, Renato Janine Ribeiro, e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Roberto Mangabeira Unger, deverão vir ao Senado para apresentar o planejamento do governo para o desenvolvimento e a qualificação dos ensinos fundamental e médio no país. Requerimento com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). Autora do pedido, Ana Amélia (PP-RS) quer saber quais as plataformas que o Executivo pretende usar para melhorar o ensino e de onde virão os recursos destinados à “Pátria educadora”, lema do governo da presidente Dilma Rousseff.

Além desse requerimento, a comissão aprovou duas iniciativas de Lídice

da Mata (PSB-BA). A primeira propõe debater a expansão do atendimento em creches para crianças com até 3 anos. A outra foi o pedido de audiência com o reitor da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Naomar de Almeida Filho, para que apresente a evolução da instituição, criada pela Lei 12.818, de 5 de junho de 2013.

Também foi aprovada a realização de audiência pública sobre “Os desafios e as perspectivas da pós-graduação brasileira”. Além disso, Fátima Bezerra (PT-RN) solicitou que a CE organize debate para instruir a proposta de Cristovam Buarque (PDT-DF) que obriga bolsistas custeados pela União a colaborarem com estabelecimentos públicos de educação básica (PLS 224/2012).

## Senadores discutirão política sobre drogas

O projeto que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) terá nova audiência na Comissão de Educação (CE), conforme requerimento do relator, Lasier Martins (PDT-RS), aprovado ontem. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 37/2013 foi debatido na comissão em dezembro passado. No entanto, há entendimento entre os senadores para que o assunto volte a ser discutido em outras audiências. Romário (PSB-RJ), que preside a CE, propôs transformá-las em um seminário sobre o tema.

Serão convidados os médicos Drauzio Varella e Sergio de Paula Ramos; os professores Ronaldo Laranjeira, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Valentim Gentil Filho, da

Universidade de São Paulo (USP); a diretora de Currículos e Educação Integral do Ministério da Educação, Clarice Salette Traversini; e representantes de comunidades terapêuticas e do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia (Cetad/UFBA).

Antes da CE, o projeto foi examinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou substitutivo de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), com duas novidades: indicação de parâmetro mínimo de porte de droga para diferenciar usuário e traficante e permissão de importação de produtos e derivados à base de canabinoides — princípio ativo da maconha — para uso terapêutico.

## Site do governo deverá ser adaptado para pessoa com deficiência

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) aprovou ontem projeto de lei que garante acessibilidade aos portais públicos e aos sites de interesse público. O projeto (PLC 106/2012) altera a Lei de Acessibilidade (Lei 10.098/2000) e reconceitua “barreiras nas comunicações”, para incluir expressamente os portais públicos ou de interesse público na internet.

Originado de uma sugestão da Associação Brasileira de Acessibilidade (Abra), o texto inclui esses meios entre os sistemas de comunicação para os quais o poder público se obriga a promover soluções técnicas. O objetivo é torná-los acessíveis a pessoas com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

O relator, Cristovam Buar-

que (PDT-DF), que também preside a CCT, recomendou a aprovação da proposta. A seu ver, mais do que o acesso puro e simples a informações, a alteração legal proporcionará a expansão do exercício da cidadania plena aos portadores de deficiência.

Omar Aziz (PSD-AM) sugeriu que a comissão ouça as associações de pessoas com deficiência, buscando saber como podem ser ajudadas por meio de soluções tecnológicas. Em resposta, Cristovam sugeriu que seja organizada uma audiência pública com esse propósito.

### Debate com ministro

A comissão também aprovou requerimentos prevendo quatro audiências sobre ciência, tecnologia, inovação e competitividade no país.



Cristovam e Hélio José, presidente e vice da Comissão de Ciência e Tecnologia

Um dos debates terá como convidado o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, que será chamado a falar sobre a agenda e prioridades da pasta para o período 2015-2016.

O segundo requerimento aprovado ontem trata da realização de uma audiência pública que abrirá o ciclo de avaliação sobre a formação

de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras.

Serão convidados representantes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Outra audiência pública deverá analisar os projetos de lei em tramitação e as lacunas relativas ao marco legal para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação (SNCI).

Será convidado o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, além de dirigentes universitários e empresários.

Será também debatida, numa audiência específica, a alocação de recursos para ciência, tecnologia e informação, estando prevista a participação, entre os convidados, de representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Tribunal de Contas da União (TCU).

As datas das audiências públicas ainda não foram marcadas.



SUS gastou mais de R\$ 1 bilhão no ano passado, a maior parte com equipamentos cardiovasculares. Falta de padronização atrapalha fiscalizar e monitorar comercialização dos produtos, e não só no Brasil

## Chioro defende reforma do setor de órteses e próteses

O BRASIL NÃO tem marco legal para a definição conceitual de órteses e próteses. A falta de nomenclatura específica impede a padronização de preços dos produtos, que não contam com sistema adequado de registro e monitoramento. Os protocolos atuais de uso são frágeis e precisam ser aperfeiçoados. Há extrema assimetria nos preços de mercado, o que faz com que sejam vendidos por valor bem mais alto nas regiões menos desenvolvidas do país. Sem padronização, nenhuma entidade pública ou privada conseguirá fiscalizar e monitorar de modo adequado as próteses comercializadas no país.

Esse quadro foi apresentado ontem pelo ministro da Saúde, Arthur Chioro, à CPI das Próteses, que apura denúncias de fraude na produção e na venda desses equipamentos, com prejuízo para o Sistema Único de Saúde (SUS). No ano passado, o gasto do SUS com próteses superou R\$ 1 bilhão — R\$ 730 milhões com equipamentos cardiovasculares e R\$ 210 milhões em dispositivos ortopédicos.

Desde janeiro, grupo interministerial avalia medidas para aperfeiçoar o setor, que sofre com excessiva tributação, burocracia do complexo aduaneiro e falta de aprimoramento no banco de preços dos hospitais.

— Temos 44 mil registros, sem contar a infinidade de modelos de cada prótese sem padrão de nomenclatura. A mesma placa ortopédica para fixar próteses pode ter



Ministro da Saúde, Arthur Chioro (D), conversa com Malta, presidente da CPI

tamanhos variados de furo dependendo do produtor, o que acaba induzindo o uso de modelo específico — afirmou.

Chioro disse que a legislação, dos anos 70, e resoluções da vigilância sanitária não conseguem enfrentar o problema, que atinge países como Estados Unidos e França. Eles também avançam com dificuldades no processo regulatório, em razão do alto valor dos equipamentos. Segundo o ministro, há tentativa internacional de substituir a nomenclatura atual pelo conceito de dispositivos médicos implantáveis para viabilizar a padronização.

### Mercado

Algumas ações de governo, como admitiu, não foram capazes de inibir problemas na venda desses materiais. Citou operações da Anvisa: uma em 2007 identificou o uso de material inadequado na fabricação de próteses e outra, em 2012, o uso de silicone industrial em próteses mamárias francesas. Informou que, em 2014, começou projeto-piloto para adotar o registro nacional de implantes.

Em resposta ao presidente da CPI, Magno Malta (PR-ES), o ministro apontou a existência de empresas que dificultam a entrada no mercado de concorrentes. Afirmou que a regulação de preço das próteses é apenas uma das questões a serem enfrentadas. O setor, disse, precisa de reformas estruturais.

O mercado é dominado por grandes companhias globais — como Johnson & Johnson, a grande líder do mercado, e, em segundo lugar, a Siemens —, que convivem com pequenas e médias empresas nacionais. Não há, segundo o ministro, nenhuma empresa brasileira entre as 20 maiores do mercado internacional. Juntas, elas respondem por 54% da demanda mundial e movimentam US\$ 57 bilhões.

O Brasil exporta para países latinos e africanos. E compra dos Estados Unidos, Alemanha e China. Relator da CPI e ex-ministro da Saúde, Humberto Costa (PT-PE) ressaltou a complexidade do tema. Avaliou que a questão das próteses exige solução ampla, pela dependência tecnológica nacional e déficit expressivo do setor na balança comercial.

## Casas da Mulher oferecem apoio às vítimas de violência

O Projeto Casa da Mulher Brasileira é uma das ações do governo para atender as vítimas de violência doméstica e familiar, como informou a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci. A primeira das 27 casas começou a funcionar em Campo Grande, em fevereiro.

A ministra participou ontem de audiência da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher. Ela destacou que a Lei Maria da Penha completará nove anos em agosto.

A Casa da Mulher Brasileira integra, em um só espaço, equipe multidisciplinar e serviços como juizado especializado, Ministério Público e Defensoria Pública. A iniciativa é uma parceria com estados e municípios.

Após o atendimento, a vítima de violência já sai da casa com medida protetiva e autonomia econômica, por meio de projetos de emprego e renda ou inscrição em programas sociais.

— Em Campo Grande, já foram 458 processos de medida protetiva em um mês de funcionamento da vara. A casa funciona 24 horas, nos fins de semana e feriados — explicou.

A ministra também destacou a Central 180. Só no ano passado, o serviço recebeu mais de 53 mil relatos de vio-

lência contra a mulher. Com a concordância da vítima, a denúncia é encaminhada para a Secretaria de Segurança Pública e já é transformada em boletim de ocorrência.

Outra novidade foi a ampliação do atendimento às brasileiras que vivem no exterior, com abrangência em 16 países. A Polícia Federal e as embaixadas são acionadas e, se necessário, também a Interpol para resgatar mulheres em casos de tráfico.

O próximo passo, acrescentou Eleonora, é a criação de um sistema nacional de dados e informações sobre violência contra as mulheres.

### Demora

A senadora Regina Sousa (PT-PI) apontou a demora no andamento dos inquéritos, com casos no Piauí que se arrastam há sete anos. Pediu mais atenção para a revista de mulheres nos presídios, o que chama de situação vexatória.

O acompanhamento dos programas do governo, a gestão das casas, a liberação de recursos e o monitoramento das mulheres com medida protetiva foram sugeridos pela presidente da comissão, senadora Simone Tebet (PMDB-MS), pela relatora, deputada Luizianne Lins (PT-CE), e pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).



Luizianne (E), Simone, ministra Eleonora e deputada Keiko Ota na audiência

## Medeiros cobra políticas públicas para autistas

José Medeiros (PPS-MT) lembrou a passagem do Dia Mundial da Conscientização do Autismo, em 2 de abril. Ele disse que o diagnóstico da síndrome tem crescido e informou que os dados apontam cerca de 70 milhões de autistas no mundo, sendo 2 milhões no Brasil.

O senador explicou que o autismo é uma síndrome complexa, que prejudica a comunicação, a interação social e o comportamento da pessoa. Apesar das medidas já adotadas, cobrou do governo mais atenção para o setor.

— Não bastasse o preconceito, a maioria dos autistas não consegue ter vida autônoma, o que apenas salienta a importância e a necessidade de adotarmos políticas de saúde pública para o diagnóstico e o tratamento do autismo, além de apoiar pesquisas.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Ana Amélia incentiva pesquisa em humanos

Ana Amélia (PP-RS) defendeu a aprovação do projeto com regras para a condução de pesquisas clínicas em seres humanos por instituições públicas ou privadas (PL 200/2015).

Ela acredita que, se o país tivesse uma legislação atualizada na área, já teria uma vacina contra a dengue. Para ela, um ordenamento sem burocracia propiciaria pesquisas com resultados em doenças como câncer, lúpus e Alzheimer. Estimularia ainda a permanência de cientistas no Brasil.

— Nosso país está entre os mais atrasados na aprovação de protocolos de pesquisa clínica. Aqui, demora-se de 10 a 15 meses para aprovar um projeto de pesquisa clínica, enquanto no restante do mundo varia de 3 a, no máximo, 6 meses.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Capiberibe defende controle da corrupção

É preciso institucionalizar o controle da corrupção, disse João Capiberibe (PSB-AP). Ele frisou que a legislação já obriga os órgãos públicos a divulgar despesas na internet.

O senador lamentou que a Lei Complementar 131/2009, da qual é autor, não seja cumprida adequadamente, citando o município de São Francisco do Conde (BA), que tem 38 mil habitantes e orçamento de mais de R\$ 460 milhões. Mas a prefeitura não detalha, na internet, como gasta o dinheiro.

Capiberibe informou que decidiu entrar com pedido para que o Ministério Público e o Tribunal de Contas da Bahia investiguem a prefeitura, que tem uma das maiores receitas per capita do país, mas mantém mais da metade de sua população sem serviços de esgoto.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Valadares quer debater sistema penitenciário

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que seu partido foi um dos que assinou requerimento para que o Senado promova debates sobre o sistema penitenciário.

Valadares informou que o país tem 560 mil presos. Segundo ele, de 1992 a 2012, a população do país cresceu 30% e o número de presos, 380%. Apesar dos números, o senador acredita que a solução não passa pela construção de mais presídios. Para ele, é preciso melhorar a gestão, aperfeiçoar as leis e garantir aos presos direito à saúde, ao trabalho e rapidez no julgamento.

— O principal efeito desse cenário é a produção de mais delinquência. A prisão brasileira é praticamente o ambiente de pós-graduação em criminalidade. O índice de reincidência criminal está em torno de 70% — alertou.



Waldemir Borreto/Agência Senado